***A regulamentação das apostas esportivas online e os riscos para a saúde pública***

**Daniel Wei Liang Wang**, Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas - SP

**Slobodan Tomić**, Professor de Política Pública e Administração Pública na University of York (Reino Unido).

A aposta esportiva no Brasil foi legalizada em 2018 por meio da Lei Federal 13.756, que também deu ao Ministério da Economia competência para estabelecer as regras que o setor deve seguir. A regulamentação, porém, não foi feita durante o governo Bolsonaro, deixando as apostas esportivas em um limbo: legalizadas, mas não regulamentadas.

Isso não impediu que a indústria de apostas esportivas online crescesse exponencialmente no Brasil, com movimentação já estimada em cerca de R$ 12 bilhões por ano. A força desse setor pode ser percebida pelo domínio de propagandas e patrocínios de sites de apostas nos grandes eventos esportivos.

O governo Lula já sinalizou que o setor será finalmente regulamentado. As discussões, por ora, têm se concentrado em questões tributárias ([o governo espera que essa seja uma importante fonte de receita](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/01/haddad-taxar-jogos-online.htm)) e na prevenção da lavagem de dinheiro, da manipulação de resultados e de fraudes. Essas são questões importantes, mas há um aspecto que tem sido perigosamente negligenciado: o risco do jogo compulsivo e do vício.

Não é novidade que jogos de aposta podem viciar, mas apostas que podem ser feitas de qualquer aparelho celular potencializam o perigo. Como essas apostas podem ser feitas de forma solitária e em segredo, jogadores sentem-se menos inibidos e família e amigos demoram para perceber quando o jogo passa a ser um problema fora de controle. A rapidez, a frequência, a disponibilidade e a conveniência de apostas que geram resultados quase instantâneos estimulam o comportamento compulsivo. As apostas esportivas também se alimentam da crença de apostadores de que conhecem o esporte e, portanto, são capazes de fazer previsões precisas, o que aumenta a propensão a aceitar apostas arriscadas.

Ademais, os *sites* de aposta, pelo monitoramento dos hábitos dos usuários na Internet e o uso de algoritmos, conseguem direcionar propagandas efetivas para manter e aumentar a frequência de apostas. [Há evidências de que, quanto maior a propensão de uma pessoa a apostar compulsivamente, mais intensa é a propaganda direcionada a ela](https://committees.parliament.uk/publications/1700/documents/16622/default/).

O impacto do vício em jogo em indivíduos, famílias e comunidades é bem documentado. Não são apenas problemas financeiros e sociais como dívidas e a perda de emprego, de vida social e de convívio familiar. Conforme apontou a *Lancet Public Commission on Gambling*, há uma associação entre vício em jogos de azar e problemas de saúde mental, abuso de substâncias e suicídio. É, portanto, um problema de saúde pública.

No Reino Unido, [o maior mercado de apostas online](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2468266721002796) do mundo, os impactos negativos dessa atividade só passaram a ser levadas a sério quando as consequências sociais e de saúde se tornaram drásticas. O problema lá é tão grave que o sistema público de saúde inaugurou clínicas públicas especializadas no tratamento do vício em jogos de azar em 2022. Atualmente, o governo pressiona os clubes da *Premier League,* a primeira divisão do futebol inglês, para que [recusem patrocínios de empresas de apostas em seus uniformes](https://www.bbc.com/sport/football/64717364).

À medida que os países desenvolvidos percebem os problemas relacionados às apostas online e passam a regulamentá-las, [as empresas passam a direcionar seus investimentos para lugares onde a regulamentação é falha](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736%2819%2931991-9/fulltext). O Brasil ainda é um deles.

Simplesmente proibir pode não ser desejável ou factível, mas a indústria de apostas esportivas na Internet deve ser tratada como outras que causam dependência e dano, como álcool e tabaco. São permitidas, mas cercadas por leis e políticas públicas para desencorajar seu consumo, como restrições à publicidade e ao acesso, aumento de impostos e campanhas de alerta e informação. As mesmas estratégias devem ser consideradas para apostas esportivas.

Os desafios de se regular uma indústria tão inovadora não são pequenos. Porém, existem medidas específicas para o setor que devem ser consideradas, como limitar o valor máximo de apostas ou restringir propagandas direcionadas que usem algoritmos para manter o “engajamento” de apostadores.

Outras propostas, mais complexas do ponto de vista regulatório, incluem a criação de um cadastro nacional onde apostadores, empresas de aposta e apostas devem ser registradas. Cada apostador decide antecipadamente quanto está disposto a apostar por mês e, quando o valor for atingido, as empresas ficarão impedidas de aceitar suas apostas. Alterações no valor máximo ficarão sujeitas a um período de carência para garantir que é uma decisão refletida. Esse sistema também pode permitir a auto-exclusão de apostadores ou, por meio de inteligência artificial, identificar jogadores compulsivos, impedindo que sigam jogando.

A promessa de ganho rápido e fácil por meio de apostas esportivas online não deve distrair os jogadores e o governo das consequências sociais e de saúde dessa atividade.